

Violação dos direitos da infância em meio à lama invisível em São Sebastião das Águas Claras, Minas Gerais

Fernanda Maciel (Ângulo Social Consultoria e Projetos Socioambientais Ltda)

Raquel Zanatta Coutinho (Departamento de Demografia e Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional)

Vanessa Campos (pesquisadora independente)

Toda criança tem direito a um ambiente ecologicamente equilibrado. Em fevereiro de 2019, o acionamento da sirene de emergência da barragem de minério B3/B4 indicando a possibilidade de rompimento, deu início a uma série de mudanças na vida dos habitantes de São Sebastião das Águas Claras, Minas Gerais. Utilizamos dados secundários advindos de 20 entrevistas em profundidades para investigar, à luz dos direitos humanos, possíveis violações à dignidade da criança, detectando impactos socioambientais e possíveis consequências da “lama invisível”. Foram identificadas violações ao direito a educação, lazer e saúde ocasionando danos a curto e longo prazo.

Área temática: Demografia / Direito Ambiental

Palavras-chave: Impactos Socioambientais; Desastre; Barragem; Direitos Humanos; Infância.

Apoio recebido: Raquel Zanatta Coutinho é bolsista de produtividade CNPq - Nível 2.

Violação dos direitos da infância em meio à lama invisível tragédia anunciada em São Sebastião das Águas Claras, Minas Gerais.

Introdução

Em dezembro de 1948, a Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH) foi proclamada pela Assembleia Geral das Nações Unidas, visando estabelecer a proteção universal dos Direitos Humanos e reconhecendo que a infância tem direitos à cuidados e assistências especiais. Assim, em 20 de novembro de 1989, a Assembleia Geral da ONU adotou a Convenção sobre os Direitos da Criança considerando que, em todo mundo, há crianças que vivem em condições difíceis que necessitam de apoio e proteção. No Brasil, em 13 de julho de 1990 foi sancionado o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), considerado um marco de uma nova forma de tratar as crianças e os adolescentes no país. Com isso, é reconhecida nacionalmente e internacionalmente a importância da garantia dos direitos das crianças.

Em fevereiro de 2019, foi acionada a sirene de emergência da Barragem B3/B4 indicando a possibilidade de rompimento da barragem e a necessidade da população se afastar da região. A barragem pertence à Mina Mar Azul e está localizada em São Sebastião das Águas Claras, distrito conhecido popularmente como Macacos, pertencente à cidade de Nova Lima, região metropolitana de Belo Horizonte, Minas Gerais. Nesse contexto, foram notificados impactos socioambientais referentes à “Lama invisível” na região, havendo impactos na vida cotidiana dos moradores, incluindo crianças.

“Lama invisível” é o conceito comumente utilizado como referência ao possível impacto de rompimento de uma barragem de rejeitos de mineração, tendo como consequência um *desastre*. Essa situação, ao contrário de estresse coletivo gerado por fenômenos naturais, é resultante das relações sociais (MARCHERZINI, 2018) que compreende ação de um agente externo, provocando agressivos impactos sobre a sociedade, com ausência de meios que possam garantir o bem-estar das comunidades, determinando a expressão da vulnerabilidade social (SOARES; THOMÉ; MARTINS, 2020). Tendo em vista que gera mobilização, mudança na rotina e traumas, este conceito está ligado ao conceito de *vulnerabilidade*, pois é utilizado quando o ser humano está suscetível ao dano ou risco e com dificuldade de se recuperar (ROMERO; MASKREY, 1993). Tal *risco*, que gerado por ações humanas, pode ser previsto e, portanto, controlado e eliminado, com base em estudos de impactos, uma importante ferramenta de previsão dos mesmos (ROMERO; MASKREY, 1993).

Diante da alarmante possibilidade de rompimento da barragem B3/B4 da Mina Mar Azul da mineradora Vale S.A no distrito de São Sebastião das Águas Claras, Nova Lima, Minas Gerais, esse trabalho tem como objetivo geral analisar os impactos socioambientais para as crianças residentes na área afetada pela “lama invisível”, investigando, à luz dos direitos humanos, possíveis violações à dignidade da criança (gestação até os 12 anos de idade), detectando impactos socioambientais de violações dos direitos da criança.

A infância e a sua importância no curso de vida.

Ampla é a literatura que retrata a infância enquanto um período de desenvolvimento das capacidades do ser humano, das habilidades sociais, físicas e mentais que demandam atenção e zelo, por ser um período de aprendizado e crescimento. Para Órtiz (2020) a reconceitualização e a negação dos termos “Sociedade” e “Cultura” tem como foco a presença de novos sujeitos e perspectivas, atribuindo o papel de ação a cada um dos sujeitos, aqueles que possuem relações em sociedade, assim sendo, a existências de outros atores na vida social, como as crianças. Essas que dotadas de experiências plurais, problematizam e conformam o mundo, possuindo formas de ser e estar, agindo conforme as condições das relações sociais que são expostas a elas.

Para Pavan, os riscos às crianças mudaram com o tempo. Se antes sofriam com doenças infectocontagiosas, precariedade dos partos e doenças sem diagnósticos, hoje vivem impactos de pedofilia na internet, tráfico de droga, entre outros problemas construídos pelas sociedades onde se inserem. Além desses, vivenciam os riscos ambientais associados à deslizamentos, contaminação dos rios, poluição e entre outros desastres (PAVAN, 2009, p. 96). Para a autora, desastres relacionados à chuva, como inundações, enchentes e deslizamentos que já atingem milhares de crianças anualmente, tendem a intensificar cada vez mais. Pavan considera que as crianças possuem uma vulnerabilidade especial perante os desastres, pois possuem maior fragilidade física e no geral os desastres ocorrem de forma inédita gerando a elas angústia, medo e traumas (2009).

Pavan ainda afirma que é através das experiências vivenciadas no dia a dia que a criança seleciona, transforma e cria percepções e representações sobre o meio em que vivem e os riscos que as rodeiam. Ela ainda afirma:

“Preservada sua integridade física, outras situações poderão fazer com que a criança vivencie o desastre de forma traumática, como contabilizar sua perda material (a casa, os brinquedos, as roupas, os materiais escolares) e encontrar-se abrigada num local que para ela possuía outro significado (a escola ou o ginásio de esportes, por exemplo). Por mais que a escola seja um local que traz certa

familiaridade à criança, ao tornar-se abrigo, a escola perde sua função primordial e, sem aulas, a criança vivencia uma nova perda. Além disso, a escola é um espaço de convivência com outras crianças, que poderão – quando retomadas as aulas – estigmatizar a criança que ali estivera abrigada, caso a sala de aula – que, por exemplo, era um “quarto” da família – tenha sido de alguma forma “depredada”.” (PAVAN, 2009)

Segundo o arquivo *Redução das vulnerabilidades aos desastres e acidentes na infância*, elaborado pela Secretaria Nacional de Defesa Civil, o grupo infantil é considerado o grupo mais vulnerável aos desastres e acidentes, considerando que quanto mais jovem e imatura for, menor é a percepção de risco e, conseqüentemente, maior a vulnerabilidade e dependência de outras pessoas para a promoção de sua segurança. Entre os desastres de maior vulnerabilidade, destacam-se “*desastres súbitos de evolução aguda, como deslizamentos de encostas com soterramento de residências, enxurradas, incêndios e vendavais;*” (MI, 2002).

Além disso, a revista *Estratégia Internacional para Redução de Desastres* da Organização das Nações Unidas (EIRD – ONU) indica que crianças com menos de 11 anos que vivenciam uma situação traumática, possuem chances três vezes maiores de desenvolver sintomas psicológicos em comparação com aquelas que sofreram seu primeiro trauma na adolescência ou na idade adulta. Em contrapartida, são as mesmas que possuem mais capacidade de lidar com esse tipo de situação se houver apoio adequado dos adultos.

Experiências como fome, acesso limitado ao serviço de saúde e educação, exposição à violência pode ser consideradas como Experiências Adversas da Infância (ACEs) que quando acumuladas podem gerar impactos duradouros para o resto da vida (VAGHRI; TESSIER; WHALEN, 2019). Impactos na saúde física e psicológica das crianças são evidentes em consequência das mudanças climáticas como estresse pós traumáticos, depressão, ansiedade, problemas com o sono, déficit cognitivos e problemas de aprendizagem. Alguns casos de eventos climáticos extremos também geram angústia, dor, raiva, perda de identidade, sentimento de desamparo e desesperança. (SANSON; VAN HOORN; BURKE, 2019).

Hidrobo ao analisar a crise financeira do Equador, de 1999, observou que muitos relatórios foram produzidos sobre a diminuição do consumo e aumento da pobreza, mas poucos foram os conteúdos sobre os impactos na saúde e no desenvolvimento das crianças. Comprovou através do estudo que a crise gerou uma “*deterioração do desenvolvimento infantil*” que durou entre 3 e 5 anos após a crise. Nessa perspectiva, a autora enfatiza que os problemas na saúde e no desenvolvimento na infância primária geram conseqüências piores na educação e no trabalho mais tarde (HIDROBO, 2014). Hidrobo, afirma que o crescimento e o desenvolvimento das crianças estão mais vulneráveis a impactos nos dois primeiros anos de vida, e que casos de desnutrição, por exemplo, podem afetar permanentemente o crescimento da criança (2014). A autora apresenta entre

outras conclusões que a criança que viveu com a crise durante um ano teria uma redução na sua altura, sendo essa redução ainda maior em áreas sem acesso aos centros de saúde.

Outra análise importante é sobre a vida de crianças refugiadas. Estudos apontam que a saúde física das crianças refugiadas e necessitadas de abrigos são afetadas fortemente pela baixa qualidade de vida, desnutrição, falta de saneamento básico e serviços de saúde de qualidade que geram consequências como o aumento de doenças infecciosas (tuberculose, hepatite B, HIV, malária), são mais propensas à doenças que podem ser evitadas através da vacinação. Os impactos na saúde mental também são recorrentes à essas crianças, visto que traumas como morte de um ente querido e violência contra si mesmo são recorrentes (VAGHRI; TESSIER; WHALEN, 2019). Traumas associados ao deslocamento como angústia emocional e comportamental podem ser agravados em casos de separação dos pais ou dos cuidadores. Ademais, quando os pais não se separam dos filhos, se sofrem traumas em consequência do deslocamento podem influenciar o bem estar mental, emocional e comportamental da criança. Aquelas que viveram o trauma ainda no útero da mãe também sofrem com as consequências prolongadas, tendo mais propensão a desenvolver pressão alta, diabetes, obesidade, entre outras doenças (VAGHRI; TESSIER; WHALEN, 2019)

Históricos recente de desastres socioambientais em Minas Gerais

No Brasil, são recorrentes casos de enchentes e deslizamentos que afetam o bem estar físico e emocional dos mais vulneráveis, como as crianças. Os impactos na vida das crianças advindo dos conflitos socioambientais ocorrem com grande frequência em Minas Gerais, pois os desastres têm ocorrido em contextos da mineração. Em 2015, tragicamente o desastre em Mariana (MG) devido rompimento da Barragem de Fundão causou 19 mortes e deixou em alerta todas as outras cidades mineiras que possuem a extração de minério como atividade econômica.

Em Mariana, foram diversos ou impactos socioambientais, danos morais e psicológicos, ambientais (como grande mortalidade de peixes comprometimento da bacia hidrográfica chegando a atingir o oceano), prejuízos econômicos em especial às comunidades ribeirinhas, destruição de centenas de casas, além das dificuldades pós rompimento deixando cerca de 400 famílias aguardando reassentamento. Os moradores de Bento Rodrigues e Paracatu de Baixo, distritos de Mariana, foram completamente atingidos pela lama e tiveram que ficar alojados em hospedagens pagas (ZHOURI, VALENCIO, OLIVEIRA, ZUCARELLI, LASCHEFSKI, SANTOS, 2016).

Figura 1: Área afetada pelo rompimento da barragem em Bento Rodrigues (Mariana, MG)



Fonte:Centro Nacional de Pesquisa em Energia e Materiais (2020).

E assim, como membros vulneráveis a sentirem os danos, as crianças foram atingidas nesse processo, desde a aceitação das perdas materiais e humanas, à adaptação as novas realidades. Em sua tese, Órtiz López (2020) trabalha o (re)fazer da vida após o rompimento da barragem de Fundão e transparece os impactos sofridos pelas crianças:

“mãe, você acha que vamos ter o Bento de volta, é mentira” (p.57)

Essa frase retratada em sua pesquisa é uma lembrança da professora entrevistada, que presenciou a fala de seu aluno do quinto ano ao conhecer as construções do Novo Bento, retratado pela professora como um lugar urbanizado, diferente do que as crianças esperavam para brincar. Em Bento Rodrigues as crianças brincavam nas ruas com pipa, jogando bola, andando de bicicleta e brincando de pic-bandeira, realidade que foi comprometida com o desastre tendo em vista que as famílias desalojadas ficaram em lares sem quintais e sem como brincar nas ruas (ÓRTIZ, 2020). Além dos impactos nas brincadeiras, as crianças também perderam as relações que possuíam com os animais, entendido e representado pelas crianças em desenhos como habitantes de Bento Rodrigues, associando a natureza do local como participantes da coletividade da comunidade. Relação esta que foi rompida com a decisão dolorosa entre optar por salvar os familiares ou salvar os animais de estimação (ÓRTIZ, 2020). Essa complicada decisão dos adultos refletiu fortemente nas lembranças das crianças sobre os cavalos, cachorros e araras que foram levados pela lama, destruindo os vínculos de partilha das crianças com seus animais e gerando traumas irreparáveis.

Minas Gerais é um estado historicamente minerário, o que gera a todas as cidades e distritos históricos envolvidos com a mineração, grandes angústias com as possibilidades de rompimentos de barragens. Após o desastre em Brumadinho, com o rompimento da Barragem Córrego do Feijão em 25 de janeiro de 2019, gerou-se ainda mais medo às comunidades. O ocorrido

deixou 270 mortos confirmados, sendo que algumas vítimas permanecem desaparecidas. Imagens de helicópteros do Corpo de Bombeiros sobrevoando a região metropolitana de Belo Horizonte foram muito marcantes. No dia-a-dia, os noticiários diários noticiavam as buscas pelas vítimas e a tristeza das famílias, evidências tristes nas memórias dos mineiros. O desastre ocasionou uma tristeza, descrença, medo e angústia inimaginável a todas pessoas que vivem em regiões próximas à barragens de mineração (SOARES, p. 129).

Figura 2: Busca por pessoas falecidas soterradas pela lama em Brumadinho (MG)



Fonte:Senado Notícias (2019).

Material e Métodos

Esse trabalho foi realizado a partir da utilização da base de dados qualitativos secundários gerados na “*Demografia dos desastres: um estudo para a população em áreas de risco de rompimentos de barragem em Nova Lima, Minas Gerais.*” (Campos, 2020). Durante o período de 13 de janeiro a 15 de fevereiro de 2020, foram realizadas o total de 20 entrevistas semiestruturadas com pessoas maiores de 18 anos. A amostra do trabalho não foi estatisticamente representativa da população local, mas buscou abranger três perfis diferentes, sendo o Grupo 1 composto por indivíduos cujo domicílio está localizado na Zona de Autossalvamento (ZAS), o Grupo 2 composto por indivíduos ao qual seu domicílio está localizado no entorno da Mancha de Inundação e o Grupo 3 composto por indivíduos cujo domicílio está localizado na Zona de Segurança Secundária (ZSS), em Honório Bicalho, região mais afastada da localização da barragem. O objetivo original do trabalho foi identificar as singularidades e fatores que contribuam para a elaboração de um marco

conceitual sobre a vulnerabilidade populacional ao risco de rompimento de barragem de mineração, através de uma abordagem que privilegia a percepção dos indivíduos e a representação social dos objetos de estudo. O projeto recebeu parecer positivo do Comitê de Ética em Pesquisa da UFMG (CAAE: 26779019.6.0000.5149).

A escolha pela utilização dessa base de dados secundária se deve pela disponibilidade dos dados (transcrições de entrevistas) em responder à pergunta norteadora desse trabalho. No roteiro das entrevistas há uma pergunta que direciona sobre os impactos na vida da criança, que permitiu discussão sobre o tema. A análise qualitativa desse trabalho consiste na leitura de todas as 20 transcrições focando exclusivamente nos possíveis impactos e mitigações que constituem relações aos direitos humanos das crianças. Após a leitura de todas as transcrições das entrevistas, foi realizada a codificação, que permitiu de forma dedutiva e indutiva (Creswell, 2007) a criação de uma lista de códigos e um diagnóstico que forneceu informações para responder sobre as possíveis violações de direitos humanos da criança no distrito.

A partir da categorização dos impactos relatados nas entrevistas semiestruturadas foi possível mensurar e interpretar os impactos gerados pelo risco do rompimento. Ressalta-se que este formato de análise tem o intuito de mapeamento e interpretação, o que não determina a segregação dos impactos, pelo contrário, entende-se que os impactos se acumulam no tempo e no espaço, devido a combinação de efeitos que são decorrentes de mais de uma ação (SANCHEZ, 2010).

Ao longo da leitura das 20 entrevistas semiestruturadas foram identificados 13 códigos dedutivos criados previamente baseados na literatura a respeito do desenvolvimento infantil e sua relação com desastres exógenos (como crises econômicas, ambientais, sanitárias e políticas) e também nas leis que regem os direitos da infância. Com isso, os primeiros códigos utilizados foram: Educação, Lazer, Transporte, Locomoção, Desinformação, Memória Afetiva, Saúde Física, Saúde Mental, Sentimento, Resiliência, Mudança de Comportamento, Conflito Familiar e Bens Materiais Perdidos. Além disso, outros 29 subcódigos emergentes (indutivos) foram criados para que não houvesse perda do detalhamento das informações fornecidas. No Capítulo IV do ECA está estabelecido o direito à Educação, à Cultura, ao Esporte e ao Lazer para crianças e adolescentes, ao qual determina medidas facilitadoras e de promoção do direito, a serem seguidas pelo poder público e pelos responsáveis das crianças.

SÃO SEBASTIÃO DAS ÁGUAS CLARAS: O RISCO IMINENTE NA VIDA DAS CRIANÇAS

Ao longo das entrevistas semiestruturadas, foram citados 31 comentários sobre as dificuldades relacionadas à educação em Macacos após o acionamento da sirene. Houve relatos de dificuldade das crianças na aprovação, retirada dos alunos da escola como uma solução tomada por conta própria dos pais, evasão no ensino infantil das creches e diminuição da frequência escolar tendo em vista a resistência das crianças.

Diante disso, no contexto de São Sebastião das Águas Claras, a Escola Municipal Rubem Costa foi motivo de grandes discussões no distrito. Devido à proximidade da escola com a ZAS, os pais alegaram que não se sentiam seguros em enviar seus filhos à escola e se mobilizaram, gerando uma luta constante para que houvesse mudança da localização da sede da escola. Enquanto a nova escola estava sendo construída, os alunos tiveram aulas em uma estrutura provisória, o que gerou consequências adversas para as crianças e os pais. Nota-se a criticidade da situação em que pais preferiram não levar seus filhos à escola, que em tese deveria ser um ambiente seguro e de aprendizado, por medo das consequências que poderiam ser geradas com o rompimento.

A interrupção do ensino afeta o direito fundamental de acesso à educação, podendo gerar danos irreparáveis ao longo da formação (SELBY, KAGAWA, 2012). Segundo relato dos moradores, as crianças ficaram cerca de três meses sem aula, até que houvesse a construção da escola provisória.

“[...] eles ficaram sem escola né. Em Macacos, os meninos ficaram sem escola de fevereiro até.. sei lá... final de abril, maio. Porque a escola, ela, teoricamente, não está na mancha, mas ela está muito perto da mancha para atestar a segurança. Por conta de ser público infantil. Então ninguém quis atestar a segurança da escola, as mães não quiseram voltar com as crianças para a escola, obviamente. A Prefeitura estava pressionando pra que voltasse, mas não tinha nenhum laudo de “não-risco”. Virou uma peleja, mas a reunião que foi feita no dia seguinte da sirene né... é... eles falaram que iam fazer uma escola temporária [...]” (ID 201).

“Porque, o que que acontece, eles... a palavra é esta: eles estão se aproveitando muito da Vale, porque, o que que acontece, eles tão agora... a escola, que era pra eles fazer uma escola nova, lá no bairro, que era pra ter sido entregue em 2018, com a promessa do prefeito é... eles não fizeram. Não entregaram em 2018. Ai, com essa greve que as mães fizeram, pra não mandar o filho pra escola, procurando um local mais seguro. Eles aproveitaram. Ai, a Vale fez uma escola provisória e está fazendo a definitiva, que até vai ser escola modelo aqui em Minas, que vai ser totalmente sustentável... E, assim... a escola assim... é um monstro de escola, que é, realmente, o que as crianças merecem!” (ID 203).

Para tanto, foi graças ao movimento das mães, assim como citado por moradores, que Vale S.A, pressionada, e a Defesa Civil, tomaram a iniciativa de que se construísse uma escola provisória até que pudesse ser construída uma escola definitiva.

“[...] tem uma outra barragem, que foi até onde era a escolinha... onde tem a escolinha. E, por esse motivo, a gente fez um movimento das mães, para tirar as crianças dali, porque, essa barragem, ela não é do método à montante, ela é à jusante... só que, mesmo assim, como ela já tinha tido muitos problemas com rachaduras e era muito visível e ninguém dava... explicação. (ID 203).

“Quando a gente fala disso, a gente tem que deixar bem claro que isso não é a Vale que tá fazendo, porque ela é boazinha, porque ela quer se redimir, porque ela quer consertar o que ela fez... Não! Isso aí tudo é com luta e briga, entendeu? É luta e briga! A escola foi assim. Se a gente... pra você ter uma noção, enquanto a gente brigava pra tirar as crianças dali e colocar num lugar mais seguro, a Defesa Civil Municipal que é a prefeitura.” (ID 203).

Referente à construção da nova sede da E. M. Rubem Costa, foi identificado que, para os pais, essa medida de mitigação foi uma grande conquista para as crianças, considerando que a capacidade da escola passou de 225 alunos para 400 havendo inclusão do Ensino Fundamental II, com espaço disponível de sala de informática, refeitórios, enfermaria, quadra poliesportiva, vestiário e playground, além de vias para garantia da acessibilidade com rampas e elevadores. Segundo dados da Vale S.A as obras foram iniciadas em 01 de agosto de 2019 e finalizada e entregues um ano depois, em 31 de agosto de 2020 (VALE, 2020). Por tanto, as crianças que sofreram com toda a problemática da paralização e mudança da escola não puderam desfrutar por completo do espaço conquistado, já que foi entregue no período de pandemia do Covid – 19, ao qual ainda existem restrições de uso de espaços de uso comum, devido a necessidade do distanciamento social.

“Olha, pelo menos, eu falo assim... eu acho que com a questão da educação, pelo menos, opção eles vão ter, porque tá fazendo a escola lá em cima, né? Vai ter mais séries. Pra eles vai ser melhor, vai ser mais diferente”(ID 104).

No entanto, essa conquista foi resultado de muitas reivindicações e solicitações dos familiares que lutaram fortemente para que isso acontecesse e que, até a concretização, gerou muitos problemas às crianças. Ademais, também foi evidenciado que essa conquista só foi possível com muita pressão da mídia na divulgação da luta das mães:

“Porque quando vai pra mídia... Por exemplo, uma grande conquista nossa: a escola provisória, e agora tá construindo a escola definitiva. E foi uma luta que eu abracei e encarei, porque eu era professora na escola aqui. Contratada, não era concursada, mas eu abracei total, porque, quando eu vi a situação das barragens, eu falei não tenho

competência pra evacuar uma sala! Se a sirene tocar, mesmo se a lama não chegar aqui, como é que eu vou evacuar uma sala? Eu não sei fazer isso, eu não tenho esse treinamento. Então, por essa razão, eu entrei na luta, sabe? Eu falei “Não, tira essa escola daqui! Vamos pra um lugar que não precisa evacuar!” E aí foi uma luta gigante, assim, gigante! Mas é... Foi quando o Fantástico veio aqui. E a gente deu essa entrevista pro Fantástico e a Vale teve que responder sobre a questão da escola provisória que nunca ia. Menina, depois que saiu no Fantástico, no dia seguinte, o engenheiro da Vale me ligou falando “A gente pode construir a escola provisória em cima da quadra?” Um espaço público que tem ali [...] (ID 205).

Outrossim, a dificuldade das crianças em ter a aprovação para a mudança de ano na escola foi identificado pelos pais como um impacto. A filha de uma entrevistada não conseguiu prosseguir nos estudos devido à dificuldade de adaptação e mudança de rotina constante, associado ao impacto da evacuação de casas. Cerca de 100 moradores da ZAS foram evacuados de suas casas e instalados em quartos de hotéis ou pousadas.

“A Vale deu um transporte para trabalho e escola. Então, todos os dias, o táxi pegava, levava e buscava ela na escola. Mas ela não teve um bom ano de estudo. Inclusive, ela não conseguiu passar de ano, porque não tinha... Ela não conseguia estudar, não conseguia... Porque a gente ficava 15 dias em um hotel e pulava pra outro. Um mês em outro e pulava pra outro. Ou seja, foi um ano bem complicado, assim... então, afetou bastante com relação ao estudo dela, sabe?” (ID 102).

Aos casos de pais que mudaram seus filhos de escola por conta própria, por medo das consequências após o acionamento da sirene, foi uma atitude de urgência que gerou impactos na vida da criança. Houve relatos de crianças que tiveram que se adaptar à nova escola, perdendo vínculos afetivos com amigos, e inclusive com o local onde moravam, gerando impactos na saúde mental da criança que teve sua vida alterada de um dia para o outro.

“Eu tenho um neto. V: Você acha que ele... que essa situação de risco prejudicou ele de alguma forma? L: Olha, prejudicou pelo seguinte... ele ficou muito abalado! Aquela história de ter que sair de casa correndo sem saber o que que tá acontecendo e, mais pra frente, o que que aconteceu? Ele teve que estudar fora, porque o pai dele não queria que ele ficasse parado. Então, ele foi transferido de Macacos pra estudar no Vale do Sol, então ficou aquele negócio... E, no início, ele não entendia por que ele foi separado dos coleguinhas dele, porque os coleguinhas ficou e ele foi embora. Então, é isso aí...” (ID 105).

Houve também relato de mãe que preferiu permanecer em suas casas em Macacos, para evitar esse tipo de readaptação do filho.

“Eu, no início, acho que nas primeiras três semanas, eu não quis ir pra pousada nem hotel, nem nada... Hotel, então, em Belo Horizonte, muito menos! Porque os meninos estudavam aqui, né... Como que eu ia fazer?” (ID 104).

Essas dúvidas dos pais em deixar seu filho ir para escola ou não, mudá-lo de escola ou não, esteve apoiado na problemática da falta de treinamento adequado para os funcionários das escolas e creches. Especialmente os professores, que caso ocorresse o rompimento da Barragem B3/B4 durante o horário de aula, seriam os responsáveis por conseguir retirar as crianças da escola de forma segura. Tal fato, reforçado por professora entrevistada que alegou não se sentir capacitada para fazer isso de forma adequada, representa outra violação:

“Então, assim, na ocasião, eu lembro que as creches e as escolas paralisaram, porque ninguém sabia o que que ia fazer. E se vier? E eu tô com 20 alunos na sala, vou fazer o que com o filho dos outros aqui? Eu não consigo nem salvar minha vida. Essa área de creche tem muitas professoras, cuidadoras e auxiliares idosas.” (ID 304).

“Que o treinamento era pra antes da sirene tocar, chegar a tocar... Ai, beleza. A gente aceito assim né... a gente não teve muito o que fazer. Só que aí, a gente começou a exigir que pelo menos a escola tivesse... Porque se... depois de fevereiro, teve uma outra sirene. A sirene tocou de novo né. Que a sirene tava em nível 2. A primeira sirene foi em nível 2, depois foi pra 3. Então assim... se as crianças estivessem na escola, as crianças iam ficar doidas, as professoras iam ficar malucas, porque ninguém tem treinamento! Você imagina? Uma coisa é você correr com seus dois filhos, outra coisa é uma professora com uma turma inteira! Só que nada foi... eles prometeram, falaram que iam fazer, só que nada... até hoje nada!” (ID 203).

Eu acho que crianças e idosos. Principalmente as crianças, porque teria que ter alguém pra poder socorrer. E principalmente igual a... as crianças tão na escola. Quando teve esse problema, no ano passado, ficou todo mundo apavorado, porque eles já falaram que a barragem ia estourar! E fizeram esses... uma semana de treinamento, a maioria dos pais não mandou filho pra escola. Porque você tá no trabalho e os filhos na escola. Quem que ia pegar essas crianças? Quem que vai socorrer elas, né? Ai, mesmo eles fazendo o treinamento... meu cunhado trabalha numa empresa de ônibus que tem aqui em Bicalho. O pessoal da empresa de ônibus colocou os ônibus a disposição, mas como é que fica a cabeça de uma mãe, no trabalho, pensando no que vai acontecer com a criança aqui? Então, eu mesma, nos dois primeiros dias, eu não mandei a minha menina pra escola não. Fiquei muito preocupada! (ID 303).

Com isso, a frequência escolar diminuiu no início do ano, pois, conforme os relatos, as crianças ficaram três meses sem aula. Além da insegurança dos pais de enviar seus filhos para as escolas e

creches, há crianças que também se recusaram a ir para a escola, por pavor e medo de frequentar o local e ficar longe de seus pais.

Psicologicamente, sim, porque ele ficou três meses sem ir na escola, nós tivemos que mudar de escola... ele... no começo, com o toque... agora ele tá mais tranquilo, mas, com o toque da sirene, eles ficaram muito apavorados, então né... Tem essa questão que marca, né? E sempre quando tem a buzina mais forte de um carro, ou alguma coisa assim, eles se assustam e acham que pode ser a sirene de novo. Então, eles sofreram muito em relação a isso. Hoje, eles estão mais tranquilos, mas, no começo, foi bem complicado. (ID 203).

“Então, a Juliana (Nome fictício) que mandou uma mensagem pra gente falando que a Defesa Civil... se tiver chovendo, pra não mandar os meninos. Assim, eu já nem tava mandando a Júlia (Nome fictício). Porque o João (Nome fictício) optou pelo futebol, era o mesmo dia, aí não dava pra ele participar. Mas ela quis. Inclusive, foi até uma boa, porque logo no início... nossa! Eu passei um perrengue com ela. Tipo assim, em questão de alimentação, ela não queria ir pra escola... aí foi bem difícil!” (ID 104).

Nesses relatos também é possível identificar os danos que foram gerados à mudança emocional das crianças gerando impactos na saúde física e mental. Também como comprovação disso, o sono das crianças foi afetado, passaram a ter pesadelos de sirene tocando e necessidade de sair correndo com possibilidade do rompimento, preocupações que não são e nem devem estar na rotina das crianças. Tornando evidente a violação ao direito à saúde, enquanto um direito presente no Art. 7 da Lei do Estatuto da Criança e do Adolescente, citado no tópico 4.1 desse documento.

“Por exemplo, as crianças em Macacos... Uma vez eu tava almoçando lá e estava ouvindo a conversa na mesa. Todas as crianças, não moravam em área de risco imediato, mas elas estão morando na área de Macacos. Elas escutam a sirene. A conversa delas era assim: “Ah! Eu sonhei a noite passada que tava tocando a sirene e a gente tinha que sair correndo”. Aí o outro falou assim “Ai... eu sempre sonho com isso...” Então assim, isso afetou a vida. E a conversa é essa. Então, uma criança passar por isso, e isso ter que ser conversa assim... comum, na hora do almoço... Isso é um absurdo né. É... e claro que isso é um trauma é...”(ID 201).

“Mas, no caso das crianças, eu acho que foi violento.” (ID 201).

Outra evidência de impacto à saúde das crianças é a falta de cuidados preferenciais com a única gestante moradora das ZAS, indicando riscos à saúde física de um bebê ainda em gestação. Considerando que a gestante teve que morar em uma pousada e adaptar à espera do bebê em um espaço que não tem essa finalidade, gerou desconfortos a ela e preocupação com a geração do seu filho.

“Eu era a única gestante da situação toda [ZAS]! Eu fui uma das últimas, também, como se diz, a ser vista por eles. Quando chegou uma equipe lá do Maranhão..., mas elas ficaram até muito em Brumadinho também, porque... eu acho que é um profissional só pras

áreas, é que ela falou “Gente, como que esse povo fez isso? Você tinha que ser prioridade zero!”, eu falei assim “Eu trabalho com saúde, eu sei que a gente também tem uns... não é pedindo favor não! A gente tá assim...” Todo mundo tinha filho maior e tal... e eu tive que ganhar neném em pousada, enfim... E lutando pra não ficar louca, né! Aí foi isso”(ID 104).

“Nem depois do que aconteceu, porque eu já... eu falei assim “Não, eu tenho que me respeitar esse momento...”, porque, tipo assim, eu tô vivendo isso daí, eu tô pra ganhar um neném, né... até então, eu tava na pousada. Como eu tava te falando antes, porque aí eu fiquei aqui uma semana e fui observando as outras pousadas que teria condição de colocar berço, essas coisas. Porque, assim, igual eu tô te falando, informação, a gente não tinha. A gente ficava “Será que vai ter o neném na pousada? Será que não vai?”, né? Aí eu consegui, na Mar e Sol (Nome fictício – pousada), um quarto grande que tinha uma bicama, a cama de casal e teria o lugar pra colocar mais coisas.” (ID 104).

Após sair da pousada e ir morar em uma outra casa fornecida pela Vale como forma de mitigação do impacto, essa mesma mãe alegou problemas à saúde da filha após o seu nascimento. Reações alérgicas e pneumonia, que segundo a mãe, tem relação com a construção do muro de contenção da Vale que gerava muita poeira. Ademais, relatou que, além de sua filha, outros parentes também sofreram com o mesmo problema.

“Olha, a faxina aqui não vai ter que ser fraca não, porque eu tô com neném, a Júlia (Nome fictício) é muito alérgica...” Ela tem alergia a mofo, a algum corante alimentício que eu ainda não sei qual é... Ela tem intolerância a lactose. Então, assim, ela é mais fragilzinha. E eu não quero mais uma doente não, porque assim... quando ela dá as crises dela, aí coça o nariz, sangra demais... aí uma coisa vai levando a outra. E aí eu falei... e aí vai ter que ser uma puta de uma faxina!” (ID 104).

“Então ela... lá é perto da construção do muro, né?”

F: Sim.

V: Como... isso afetou?

F: Nossa! Ela teve pneumonia duas vezes, em menos de três meses! Minha mãe teve pneumonia... Meu sobrinho... Eu falei que o meu sonho é ter... é ter alguém que construa uma bolha, assim, que ele pudesse viver no mundo externo, mas dentro dessa bolha, porque, assim, ele é alérgico. Nossa! O menino penou! Mas o menino penou! Acho que, agora, o organismo dele falou assim “Não, vou dar um tempo pra ele.” Nossa! Mas, assim, ele é alérgico ao extremo! Ele é muito pior que a Julia. E nossa, ele ficou doente demais! Dava dó!”(ID 104).

Até aqui, foram mencionadas as dificuldades relacionadas a educação e a saúde. Ademais, o lazer também foi muito afetado. O Art. 71 do ECA determina que o lazer também é um direito que deve ser garantido para a criança.

Art. 71. A criança e o adolescente têm direito a informação, cultura, lazer, esportes, diversões, espetáculos e produtos e serviços que respeitem sua condição peculiar de pessoa em desenvolvimento. (BRASIL, 1990).

Assim, ao longo da categorização das entrevistas foram levantados impactos sofridos pelas crianças relacionado ao lazer. Caso de crianças que deixaram de brincar e se divertir em suas próprias casas porque foram desalojadas ou porque seus pais resolveram mudar de casa por conta própria em busca de segurança. Gerando como consequência a mudança dos vínculos pessoais, muitas crianças perderam contato de seus amigos que também faziam parte do convívio de lazer.

“Olha, meu familiar, que foi mais atingido, foi meu neto, igual eu te falei, né? Então, ele teve que sair de Macacos, perdeu os coleguinhas, teve que mudar de coleguinhas.” (ID 105)

“Eu trabalho com as crianças do vilarejo, ainda, graças a Deus. E eu... assim... elas tão afetadas até hoje! Elas falam sobre barragens, fazem analogias por conta delas... Elas perderam vários vínculos, porque várias famílias se mudaram e as crianças foram embora ou foram realocadas. As evacuadas, né? Perdem as referências, perdem a raiz social, a vida delas, o quatinho delas, a rua que brincava... Cada um a seu modo.” (ID 205).

“A questão é que o meu pai não quer sair daqui. E meu filho também gosta muito daqui, então... V: Ele nasceu aqui? F: Não. Mudamos depois, mas ele gosta muito daqui. Nem é vínculo, assim, com pessoas, com os amiguinhos, não. É com Macacos. Ele gosta de estar no mato e tudo mais... Aí, eu não sei, assim, eu penso que eu vou ficando aqui até a hora que for interessante, não consigo definir.” (ID 205).

Além disso, as crianças também tiveram perdas de bens materiais, esses que ficaram em suas casas, após terem sido removidos, com urgência, de suas moradias. Tais bens foram danificados com o passar do tempo, lembranças que não poderão ser guardadas a não ser na memória de seus pais.

“Sapatinho dela, que eu não vou chegar nem a usar, porque tá muito danificado de mofo! Protetor de berço, as roupinhas que eu queria guardar de lembrança... fora as que eu já... falei, assim, que eu vou ter que doar! O mínimo que eu fiquei pra guardar de lembrança, eu vou ter que dar, porque eu vou perder? Muita roupinha bonitinha, muita roupinha boa.” (ID)

Assim, percebe-se que o impacto atinge, inclusive, a memória afetiva das crianças que tiveram as suas vidas completamente alteradas após o acionamento da sirene, e desde então, suas memórias no futuro não serão as mesmas. Com isso, observa-se que as referências das crianças se

alteraram, como por exemplo passaram a utilizar termos como ZAS, para referenciar ao local de sua antiga moradia.

*“V: E eles entendem a situação que a casa de vocês tava numa área de risco? Que vocês estão morando aqui por causa da barragem?
F: Entende. De vez em quando eles falam, lembra de uma situação...
“Ah mãe, porque naquela casa lá da ZAS...” Eles não falam ZAS, né, não sei se “da mancha”, enfim... usam meio que um termo assim. Aí eu falo: “Ah! É mesmo! Eu lembro disso.” Mas eles são um pouquinho fechados.” (ID 104).*

Tendo em vista, todas essas mudanças na rotina, foram levantados quais os sentimentos das crianças e dos pais sobre as crianças, nesse contexto. Para tanto, foram codificados, através da percepção dos parentes, os múltiplos sentimentos em consequência da “lama invisível”.

Desespero, medo, preocupação, sensação de risco, estresse, tristeza, muitas vezes percebidos de forma combinada, foram separados como subcódigos. O desespero, foi identificado como uma reação no momento do acionamento da sirene, assim como a preocupação da criança em retirar seus animais com segurança das casas.

“No dia dessa chuva, que eles falaram que a barragem rompeu, a minha menina ficou desesperada! Ela ficou num desespero e ela catava os gatos... tinha três nesse dia, o outro não tinha morrido ainda não. Aí... e eu catando gato e ela chorando, chorando, chorando, com medo dos gatos morrer! E tenho um passarinho também!” (ID 303).

“É. Ela até me perguntou “A gente tem que colocar o nome dos gatos na ficha de cadastro da Vale!”. ”(ID 303).

Já o medo, ele tornou-se evidente como uma reação ao longo prazo, durante e após o acionamento da sirene, como um sentimento em consequência da instabilidade da situação, pois a qualquer momento a barragem pode romper e os pais e as crianças terão que reagir a isso.

*“Na sua opinião, essa situação de risco prejudica mais crianças, adultos ou idosos? Por que?
E: A criança, ela não compreende muito, né? A criança, ela fica com medo se ela ver a mãe ou o pai “Corre!”. Lógico que ela vai ficar com medo.” (ID 106)*

“Como que eu vou deixar o meu filho estudar numa escola em que a mesma empresa, que foi a de lá, sendo que a barragem está em cima da cabeça de todo mundo e a escola está, aproximadamente, à mesma metragem do refeitório de Brumadinho, a 400 metros. Então assim... a gente já ficou apreensivo.” (ID 203)

“Criança é um medo danado. Imagina a criança com 8 anos, 9 anos, tem que entender que convive com o risco absoluto.” (ID 202)

“Eu acho que até por brincadeira mesmo. Eles tão brincando, eles falam “Ah! Vamos correr, vamos correr da barragem! Vamos treinar, vamos fazer uma casinha!” Ai meu filho fala “Eu quero fazer uma casinha lá no alto daquele morro!”, eu falei “ Pra que?”, “pra quando a barragem estourar, eu ter pra onde correr.” Eu falei “Mas você não precisa só ir pra lá. Não tem só pra lá pra você ir.” Entendeu? Então, eu acho que na escola, também, deveria falar mais sobre isso.” (ID 307)

A sensação de risco gerou muito estresse aos pais e conseqüentemente às crianças que relatam que a “expectativa” de saber se haverá ou não o rompimento cria uma tensão para que isso acontecesse logo.

“Até hoje ele fala: “Ai mãe, essa barragem podia explodir logo, porque aí acaba com isso!” Porque essa tensão de passar dentro de mancha... Você acha que não tá tensa, mas você tá, a criança tá percebendo aquilo... Que é essa área aqui que a lama vem, é... a questão comportamental... E nem foi só ele!” (ID 205)

Nota-se que os relatos evidenciam sentimentos negativos em relação à situação de estarem em um ambiente afetado pela “lama invisível”. Foram codificados os relatos de pais e parentes que sentiram algum tipo de incomodo com a situação instaurada. Para as crianças, observa-se que elas demonstram seus sentimentos muitas vezes através do comportamento, fazendo referência como “fugir da lama”, tendo pesadelos, diminuindo a alimentação e dificuldades na escola. Além dos demonstrados, pode haver casos em que a mudança do comportamento pode ter passado despercebido pelos responsáveis e não foram evidenciados ao longo desse trabalho.

Outra forma de comportamento identificado pelos adultos, é a adaptação das crianças com a situação, lidando de forma mais leve e divertida, demonstrando resilientes em alguns casos.

“Mas, no geral, até eles têm melhor jeito de lidar com as coisas, né? Porque eles também deixa fluir. Tem hora que vaga a mente e não esquenta a cabeça.” (ID 104)

“Eu acho que crianças e idosos. A criança, ela ainda não coloca maldade não. Pra ela vira uma brincadeira ainda... Não coloca muita maldade não” (ID 306)

Um aliado para essas conseqüências descritas foi a desinformação da comunidade sobre as condições da barragem B3/B4. O despreparo da empresa Vale S.A em comunicar a comunidade sobre a possibilidade do rompimento foi destacado pelos entrevistados e gerou desconfiança das informações. A exemplo disso, escolas e creches fecharam como uma medida de segurança decidida por conta própria, sem recomendações da empresa.

Eu lembro perfeitamente que a pessoa falou assim: “Olha, aqui é fulana, da Vale... Daqui a uma hora vai ser tocada a sirene. Não é...” Tipo assim, não vai romper a barragem, mas você tem que sair daí! Você pega criança e documento pessoal, é a orientação que ele te dá. E vai pro Centro Comunitário. Aí, de imediato, nós achamos que era trote. (ID 104)

Então, assim, na ocasião, eu lembro que as creches e as escolas paralisaram, porque ninguém sabia o que que ia fazer. E se vier? E eu tô com 20 alunos na sala, vou fazer o que com o filho dos outros aqui? Eu não consigo nem salvar minha vida. Essa área de creche tem muitas professoras, cuidadoras e auxiliares idosas. (ID 304).

Outro exemplo disso é a falta de informação dos moradores sobre as medidas de mitigação como fornecimento de ônibus e taxi para os atingidos pela “Lama Invisível”, segundo relatos, não foram devidamente divulgadas, o que restringiu a utilização a alguns. Assim como, a disponibilidade de ônibus escolares para que as crianças utilizassem para ir até a escola foram desprezados do uso, porque como descrito a cima os pais tinham receio de mandar seus filhos para a escola.

“Então, pelo último acontecimento que teve, a Prefeitura deixou um ônibus parado ali, do lado da igreja. Um micro-ônibus, na verdade, pra tirar as pessoas que tavam de área alagada. Só que ninguém tinha essa informação do ônibus. Eu só fiquei sabendo porque eu fui lá perto e o motorista falou: “Olha, eu tô aguardando aqui quem quiser.” Mas ninguém tá sabendo, não foi divulgado, entendeu? Aí o pessoal tudo subiu a pé e com o ônibus ali esperando! Então, eu acho que peca muito na questão da informação também.” (ID 307).

“Porque táxi, por exemplo, isso aí foi até um rapaz da própria Vale que me falou: “Ah! Você sabia que você pode pedir táxi, por exemplo, pra ir pra consulta médica? Se fosse o caso de levar os meninos pra escola, esses negócios?” Eu não sabia! “Pois você tem.”, aí, eu passei a usar, claro.” (ID 104).

Apesar da disponibilização de meios de transporte, a locomoção demonstrou-se um ponto preocupante para os moradores.

“a escola, por exemplo, aqui no Arraial, onde entrega os voucher hoje... a antiga creche, a antiga escola, elas ficaria a 40 metros da mancha. Os meninos ficariam ilhados. Não teria passagem, né, porque eu acho que ela lambia a passagem.”(ID 104).

*“Entrevistadora: As placas de sinalização já existiam antes disso?
R: Não. Eles colocaram depois que eles fizeram o treinamento e da comunidade pedir, também, pra que sinalizassem a rota de fuga. Como que vai evacuar criança, num dia de creche, com um monte de criança dentro da creche? Duas escolas e uma creche, como é que você vai tirar esse povo todo daqui? Aí, eles fizeram um treinamento na escola, né, e que deveria voltar pra mais outro treinamento!*

Porque... pra lembrar, né? As crianças, os jovens... as pessoas que tem dificuldade de locomoção dentro do bairro.” (ID 302)

O medo de que as crianças ficassem ilhadas dentro da escola, e a necessidade de fugir da lama caso o rompimento ocorresse foram e são problemáticas muito presentes na vida das pessoas moradoras de São Sebastião das Águas Claras.

Discussão e conclusão

A partir da codificação das transcrições e análise descrita tornou-se evidente que existem violações aos direitos das crianças de São Sebastião das Águas Claras. Direitos essenciais como educação, saúde e lazer foram muito impactados, sem mencionar os impactos de longo prazo no desenvolvimento.

A escola, por ser um equipamento público de convívio social, teve impactos duplos. Primeiramente, os alunos foram impactados em reflexo das consequências na mudança de vida das crianças, como paralisando as aulas por alguns meses. Nesse caso, além disso, o fato da E. M. Rubem Costa ser localizada com muita proximidade da ZAS gerou uma discussão constante para os pais, ocasionando mais estresse, preocupação, mobilização e greve com repulsa e medo de enviar seus filhos para a escola. Além do ambiente escolar ser local de responsabilidades e compromissos, é também um lugar de compartilhamento de experiências e diversão, que também foi impactado. O lazer das crianças, associados aos vínculos com os amigos e ao espaço físico do distrito também foram prejudicados, evidenciando essa violação do direito ao lazer.

Os diversos tipos e sentimentos ruins gerado na vida das crianças, como medo, preocupação, desespero são evidências dos impactos à saúde mental. O que pode gerar consequências para o resto da vida, inclusive gastos com terapia para a superação dos traumas que podem ser levados ao longo prazo e aos problemas gerados à curto prazo, associados a saúde física, como redução da alimentação e problemas respiratórios. Outro ponto em evidência dos impactos gerados na vida das crianças é a realidade da evacuação das moradias, enfatizando que o risco do rompimento existe e que a lama já não é invisível na vida dessas pessoas, já que as urgências de ações de retiradas dessas pessoas indicam o risco que elas estão correndo.

Com base nos resultados levantados, o presente trabalho torna-se um documento de evidências sobre os danos e violação as crianças no contexto de risco iminente de rompimento de barragem em Macacos. As evidências levantadas e descritas indicam prejuízos e danos gerados à infância. Tornou evidente a necessidade de atitudes que promovam a recuperação dos direitos violados, como forma de tentativa de compensação dos danos gerados. Assim, seja o poder público,

ou sociedade civil, e nesse caso, a empresa Vale S.A, a responsável pela violação dos impactos devem tomar iniciativas que possam recuperar os prejuízos descritos ao longo desse trabalho. Ressalta-se que o movimento social organizado pelas mães foi primordial para efetivação da garantia da dignidade das crianças dos distritos para o acesso à educação. No entanto, alguns impactos são irreversíveis, como a perda dos vínculos com o espaço e com as pessoas, o medo de viver no distrito e inclusive a reprovação no ano escolar.

Ademais é válido ressaltar que, além desses impactos ocasionados em consequência da possibilidade do rompimento da barragem, as crianças do distrito também sofreram com os impactos ocasionado pela pandemia do Covid-19 alterando mais uma vez a sua rotina de vida. Além disso, o distrito também recebeu muitos impactos em consequências das grandes chuvas em janeiro de 2022. O muro de contenção, construído pela Vale tinha o intuito de conter a lama em caso de rompimento da barragem B3/B4, e deveria proporcionar segurança, proteção e tranquilidade para a comunidade. Com o volume alto de chuvas em janeiro de 2022, o muro funcionou como uma barragem de água. Devido a falta de vazão adequada o volume de água inundou pontes e interditou os acessos do distrito. Houve também falta de energia e abastecimento de água por dias, indicando a negligência na ausência de estudo prévio e qualificado da empresa para a construção do muro, gerando novos transtornos para a região (PROJETO MANUELZÃO, 2022).

Com isso, conclui-se que em tese os direitos humanos das crianças devem ser garantidos e promovidos diante a lei e convenções estabelecidas no Brasil, o que, no entanto, não garante a efetividade dessas determinações. As crianças de São Sebastião das Águas Claras, são exemplos claros disso, se tornaram vítimas da “Lama Invisível” e precisam de ações efetivas para que seus direitos sejam garantidos e minimamente reparados. São exemplos da necessidade de ficar atento aos direitos das crianças e adolescentes em situações de risco e desastre. O estudo foi apenas um retrato de todas as consequências que podem ser geradas, existe muitos desdobramentos como em caso do rompimento da barragem se concretizar e sobre os posicionamentos do Estado e da empresa perante os problemas gerados, que podem ser embasados para novos estudos, em função de qual será o futuro do distrito e das crianças residentes.

1. REFERÊNCIA

ANM. **Sistema de Gestão de Segurança de Barragem de Mineração (SIGBM)**. Disponível em: <https://app.anm.gov.br/SIGBM/BarragemPublico/Detalhar/8ABE2AE0ADD1F64541D37F74D507AE2DD3255629A525CDF84BE5EF0B76F945C0>. Acesso em: 05 jan. 2022.

BALIM, Ana Paula Cabral; MENDES, Claudia Marlice da Rosa; MOTA, Luiza Rosso. **O despertar da justiça ambiental: dos movimentos ambientais aos socioambientais**. Seminário Internacional Demandas Sociais e Políticas Públicas na Sociedade Contemporânea, n. 11, 2014. Disponível em: <https://online.unisc.br/acadnet/anais/index.php/sidspp/article/view/11736>. Acesso em: 05 jan. 2022.

BARRETO, Rafael. **Direitos Humanos**. – Salvador: Jus PODIVUM, 2019. Acesso em: 15 mar. 2021.

BRASIL DE FATO. **Atingidos pelo rompimento de barragens criticam Janeiro Cultural da Samarco**. 2016. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=X7GVcA8GyFk>. Acesso em: 13 nov. 2021.

BRASIL DE FATO. **No “Janeiro Cultural”, Samarco aproveita para comprar os direitos de imagem dos atingidos**. 2016. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=Tc_rm2Usmc4. Acesso em: 13 nov. 2021.

BRASIL. Lei 14.066 de 30 de setembro de 2020. Altera a Lei n.º 12.334, de 20 de setembro de 2010, que estabelece a Política Nacional de Segurança de Barragens (PNSB), a Lei n.º 7.797, de 10 de julho de 1989, que cria o Fundo Nacional do Meio Ambiente (FNMA), a Lei n.º 9.433, de 8 de janeiro de 1997, que institui a Política Nacional de Recursos Hídricos, e o Decreto-Lei n.º 227, de 28 de fevereiro de 1967 (Código de Mineração). Disponível em: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/lei-n-14.066-de-30-de-setembro-de-2020-280529982>. Acesso em: 4 set. 2021.

BRASIL. Lei n.º 8.069, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 16 jul. 1990. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm. Acesso em: 17 mar. 2021.

CASTELS, Manuel. O poder da identidade. **A era da informação: economia, sociedade e cultura**. Vol.2, 6 Ed. São Paulo: Paz e Terra, 2008.

Centro Nacional de Pesquisa em Energia e Materiais (CNPEM). **Cinco anos após ruptura de barragem, poluentes da tragédia de Mariana ainda chegam ao mar**. Dez. 2020. Disponível em:

<https://cnpem.br/cinco-anos-apos-ruptura-de-barragem-poluentes-da-tragedia-de-mariana-ainda-chegam-ao-mar/>. Acesso em: 10. Jan. 2022.

CRESWELL, J. W. **Projeto de Pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto**. 2 ed. Porto Alegre: Artmed, 2007. Acesso em: 20 abr. 2021.

DA COSTA OLIVEIRA, Assis; DA CONCEIÇÃO, Ronicleici Santos. **Impactos sociais das políticas compensatórias da usina de Belo Monte: dinâmicas de afetação às crianças e aos adolescentes**. Revista Direito e Práxis, v. 7, n. 2, p. 8-34, 2016. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/revistaceaju/article/view/19146>. Acesso em: 15 jan. 2022.

DA COSTA OLIVEIRA, Assis. **Políticas públicas de crianças e adolescentes no contexto das grandes obras: reflexões sobre a construção da Usina Hidrelétrica de Belo Monte**. In: Encontro Internacional: Participação Democracia e Políticas Públicas. Aproximando agendas e agentes, 2013, Araraquara/SP. Anais do Encontro Internacional: Participação Democracia e Políticas Públicas. Aproximando agendas e agentes. Araraquara/SP: UNESP, 2013. v.1. p.1 – 20. Disponível em: <https://www.fclar.unesp.br/Home/Pesquisa/GruposdePesquisa/participacaodemocraciaepoliticaspUBLICAS/encontrosinternacionais/pdf-st07-trab-aceito-0525-8.pdf>. Acesso em: 10 jan. 2022.

DA FONSECA, Igor Ferraz; DE SOUZA DIAS, Francine. **A convenção da Organização dos Estados Americanos para as pessoas com deficiência e as políticas federais brasileiras: Indicadores de monitoramento e ações do governo federal**. Texto para Discussão, 2020. Disponível em: <https://www.econstor.eu/handle/10419/240796>. Acesso em: 14 dez. 2021.

Declaração Universal dos Direitos Humanos. ONU. 1948. Disponível em: https://www.ohchr.org/en/udhr/documents/udhr_translations/por.pdf. Acesso em: 22 abr. 2021.

DE FREITAS, Léia Gonçalves; ALVES, Laura Maria Silva Araújo. **A infância em Altamira na década de 1970: os impactos socioculturais na educação da criança**. Revista Profissão Docente, v. 17, n. 36, 2017.

El PAÍS. **A cidade que vive sobre efeitos da “Lama Invisível”**. 2020. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2020-01-23/a-cidade-que-vive-sob-os-efeitos-da-lama-invisivel.html>. Acesso em: 12 dez. 2021.

Estado de Minas Gerais . **O rompimento de barragem em Mariana completa cinco anos de pesadelos**. Disponível em: https://www.em.com.br/app/noticia/gerais/2020/11/01/interna_gerais,1200086/rompimento-de-barragem-em-mariana-completa-cinco-anos-de-pesadelos.shtml. Acesso em: 20 nov. 2021

ESTRATÉGIA INTERNACIONAL PARA A REDUÇÃO DE DESASTRES/ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Niños y Jóvenes**. 2001. Disponível em: https://www.eird.org/esp/revista/No2_2001/pagina9.htm . Acesso em: 16. nov. 2021.

GOMES, Aline Regina; BIZZOTTO, Luciana Maciel; XAVIER, Pollyanna Franfes. **“Para as crianças, distração...”: sobre formas de se olhar a infância em contextos de desastres**. Revista da Universidade Federal de Minas Gerais, v. 27, n. 2, p. 492-517, 2020 Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/revistadaufmg/article/view/20864/28609>. Acesso em: 15. Dez 2021.

GOMES, Pedro Alves. **"Perspectivas das crianças sobre o desastre-crime do Rio Doce: efeitos e alterações no cotidiano e na paisagem de povoação/es a partir das práticas do brincar."** Anais do Seminário de Ciências Sociais 4 (2019).

GOUVÊA, Maria Cristina Soares de; CARVALHO, Levindo Diniz; SILVA, Isabel de Oliveira. **Movimentos sociais, participação infantil e direitos da criança no Brasil**. Educação e Pesquisa, v. 47, 2021. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ep/a/GbLNrFHcSVdm8sz3p8NHqth/?lang=pt>. Acesso em: 18/ dez. 2021.

HIDROBO, Melissa. **The effect of Ecuador’s 1999 economic crisis on early childhood development**. Economic Development and Cultural Change, v. 62, n. 4, p. 633-671, 2014.

MANUELZÃO UFMG. **Muro de contenção da Vale causa inundação e falta de água e energia em Macacos**. 2022. Disponível em: <https://manuelzao.ufmg.br/muro-de-contencao-da-vale-e-causa-de-inundacao-e-falta-de-agua-e-energia-em-macacos/>. Acesso em: 19 jan. 2022

MARCHEZINI, Victor. **As ciências sociais nos desastres: um campo de pesquisa em construção**. São Paulo: Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais (BIB), n. 83, 1/2017, p. 43-72, 2018.

MENDES, Adricia Fonseca; DE CARVALHO, Ricardo José Matos. **Condução de oficinas com grupos focais: uma pesquisa com alunos do ensino fundamental I para investigação da percepção de riscos de desastres**. Revista de Geociências do Nordeste, v. 5, p. 35-48, 2019.

MI, MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL. **Redução das vulnerabilidades aos desastres e acidentes na infância**. Defesa Civil. 2 ed. Brasília: MI, 2002. Disponível em: <http://www.defesacivil.mg.gov.br/images/documentos/Defesa%20Civil/manuais/Vulnerabilidades-aos-desastres-na-infancia.pdf>. Acesso em: 25 agos. 2021.

ORTIZ LÓPEZ, Diego Santiago. **O Bento das crianças: o (re)fazer da vida após o rompimento da barragem de Fundão em Mariana (MG)**. 2020. 1 recursos online (179 p.) Dissertação

(mestrado) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas, SP.

PAVAN, B. J. C. **O olhar da criança sobre o desastre: uma análise baseada em desenhos.** In: VALENCIO, I. et al. *Sociologia dos desastres – construção, interfaces e perspectivas no Brasil.* São Carlos: Rima Editora, 2009. Disponível em: http://www.crpsp.org.br/portal/comunicacao/diversos/mini_cd_oficinas/pdfs/Livro-Sociologia-Dos-Desastres.pdf. Acesso em: 14 nov. 2021.

PETERKE, Sven (2009) *Manual Prático de Direitos Humanos Internacionais.*

ROMERO, G.; MASKREY, A. **Como entender los desastres naturales.** In: MASKREY, A. (Ed.). *Los desastres no son naturales.* Cidade do Panamá: La Red, 1993. p. 6-10.

SAMARCO. **Janeiro Cultural promove atividades em Mariana.** 2016. Disponível em: <https://www.samarco.com/janeiro-cultural-promove-atividades-em-mariana/>. Acesso em: 30 set. 2021.

SÁNCHEZ, Luis Enrique. **Avaliação de impacto ambiental: conceitos e métodos.** Oficina de textos, 2010.

SANTOS, Marcela Alves de Lima et al. **Eu quero minha liberdade de volta: Saúde Mental e Atenção Psicossocial junto aos Adolescentes Atingidos pelo Rompimento da Barragem de Fundão.** 2018. Dissertação (Mestrado em Saúde Coletiva) – Instituto René Rachou da Fundação Oswaldo Cruz, Belo Horizonte. 2018.

SANSON, Ann V.; VAN HOORN, Judith; BURKE, Susie EL. **Responding to the impacts of the climate crisis on children and youth.** *Child Development Perspectives*, v. 13, n. 4, p. 201-207, 2019.

SELBY, D. KAGAWA, F. **Redução do risco de desastres nos currículos escolares: estudos de casos de trinta países.** Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF), 2012. Disponível em: <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000220517>. Acesso em: 25 out. 2021.

Senado Notícias. **Senadores cobram providências após tragédia de Brumadinho.** Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2019/01/29/senadores-cobram-providencias-apos-tragedia-de-brumadinho>. Acesso em: 28 out. 2021.

SOARES, A. de S.; THOMÉ, L. M. .; MARTINS, L. R.; COSTA, M. do P. S. de L. Desastres no Brasil e no mundo: Possíveis efeitos sobre as crianças e suas infâncias. **Revista da Universidade Federal de Minas Gerais**, Belo Horizonte, v. 27, n. 3, p. 80–105, 2021. DOI: 10.35699/2316-

770X.2020.21434. Disponível em:
<https://periodicos.ufmg.br/index.php/revistadaufmg/article/view/21434>. Acesso em: 10 dez. 2021.

SOARES, Christiane Júlia Ferreira; DO NASCIMENTO PASSOS, Alexandra. **Barragens de Rejeitos: Riscos e Impactos da Mineração na População do Entorno**. Responsible Editorial, p. 129. Disponível em:
<https://www.eumed.net/uploads/articulos/5b3be26a54377ea2c80cf0247824caa2.pdf>. Acesso em: 07. Jan. 2022

SOARES, Vanessa Campos de Oliveira. **Demografia dos desastres: um estudo para a população em áreas de risco de rompimentos de barragem em Nova Lima, Minas Gerais**. 2020. Dissertação (Mestrado em Demografia) - Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte. 2020.

VAGHRI, Ziba; TESSIER, Zoë; WHALEN, Christian. **Refugee and asylum-seeking children: Interrupted child development and unfulfilled child rights**. *Children*, v. 6, n. 11, p. 120, 2019.

Vale. **Escola Municipal Rubem Costa Lima**. 2020. Disponível em:
<http://www.vale.com/brasil/pt/aboutvale/news/paginas/escola-municipal-rubem-costa-lima.aspx>. Acesso em: 04 jan. 2022.

ZHOURI, A., VALENCIO, N., OLIVEIRA, R., ZUCARELLI, M., LASCHEFSKI, K., & SANTOS, A. F. (2016). **O desastre da Samarco e a política das afetações: classificações e ações que produzem o sofrimento social**. *Ciência e cultura*. Disponível em:
http://cienciaecultura.bvs.br/scielo.php?pid=S0009-67252016000300012&script=sci_arttext. Acesso em: 10 dez. 2021